

## ATA DE ASSEMBLÉIA

Data: 26/08/2022

Duração: 2h

Ata da 1ª Reunião Ordinária

Conselho Estadual de Previdência – CEP

Reunião solicitada por:	Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva	Tipo de reunião:	Ordinária
Condução:	Franklin José Neves Contente	Redator da Ata:	Nadia Rocha
Conselheiros:	Franklin José Neves Contente – Diretor de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGPREV (Membro Suplente) Ivaldo Renaldo de Paula Ledo – Secretário de Estado de Planejamento e Administração – SEPLAD (Membro Titular) Renê de Oliveira e Sousa Junior – Secretário de Estado da Fazenda – SEFA (Membro Titular) Carolina Ormanes Massoud – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular) Massoud Tuft Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular) Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ASALP (Membro Titular) Sandra Maria Azevedo dos Santos – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular) Pedro Fernandes Souza Filho – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular) Antônio Fernando de Oliveira Dantas Amoras – Representante dos Segurados Inativos do Estado do Pará (Membro Titular) Isabel Marina Freitas Machado – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente) Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente)		
Convidado:	Henrique Pereira Mascarenhas		
Assunto:	Abertura		
Observada a existência de quórum, foi declarada aberta a Primeira Reunião Ordinária, por meio de Videoconferência e Presencialmente, do Conselho Estadual de Previdência.			
Pauta:	Relatórios Mensais de Investimentos – Janeiro a Julho/2022	Relator:	Franklin Contente
<p>O Diretor de Administração e Finanças do IGPREV, Franklin Contente, iniciou a sessão apresentando-se ao Colegiado, informando que está participando de maneira online na reunião tendo em vista compromissos de trabalho que já estavam agendados fora do estado do Pará. Em seguida passou a palavra para Coordenador do Núcleo Gestor de Investimentos, senhor Henrique Mascarenhas, que será responsável pela apresentação dos relatórios mensais de investimentos referentes aos meses de janeiro a junho de 2022. O Conselheiro Renê de Oliveira e Sousa Junior, representante da Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, pontuou que é sua primeira participação em reuniões do Colegiado, e gostaria que cada membro presente se apresentasse, a fim de que possam se conhecer melhor. Desta forma, cada membro presente realizou sua breve apresentação. Após, o Coordenador do Núcleo Gestor de Investimentos do IGPREV iniciou a apresentação dos relatórios, informando que o relatório mensal referente ao mês de julho ficou pronto nesta data, e, desta forma, a apresentação terá cunho comparativo quanto ao relatório mensal de investimentos de julho e os demais meses, quais sejam janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho do corrente ano. Informou que a Meta Atuarial foi de 6,59% (seis vírgula cinquenta e nove por cento) no mês de julho de 2022, onde o Patrimônio Líquido do FUNPREV foi de R\$4.214.328.105,77 (quatro bilhões, duzentos e quatorze milhões, trezentos e vinte oito mil, cento e cinco reais e setenta e sete centavos), pontuando que a taxa de resultado do FUNPREV foi de 2,17% (dois vírgula dezessete por cento). Quanto ao FINANPREV, o Coordenador informou que o Patrimônio Líquido foi de R\$301.205.067,35 (trezentos e cinco mil, sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos), com uma taxa de resultado de 6,33% (seis vírgula trinta e três por cento). O Conselheiro Ivaldo Renaldo de Paula Ledo, representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará, questionou qual a perspectiva da equipe de investimentos do IGPREV para mudar a taxa de resultado do FUNPREV, a qual foi de 2,17% (dois vírgula dezessete por cento) no mês de julho/2022. O Coordenador informou que a estratégia recomendada pelo Núcleo Gestor de Investimentos é aumentar os investimentos em CDI Referenciado e diminuir em IMA-B, estratégia esta que foi iniciada ainda em 2021. Ressaltou que existem fundos da categoria IMA-B, os quais fazem compra de Títulos Públicos vinculados à inflação através de fundos de investimento, onde a marcação dos Títulos é feita "a mercado", onde a valorização destes depende da situação do mercado financeiro, o que pode diminuir a rentabilidade, dada as incertezas econômicas atuais. Pontuou que a partir do momento que o Instituto torna-se investidor qualificado, a compra de Títulos Públicos pode ser feita diretamente, como foi feito nesta semana, com marcação dos Títulos "na curva", com o índice de IPCA + 5,88% rendendo anualmente. Logo, a meta do Núcleo de Investimentos é vender todas as ações de fundos da Categoria IMA-B e efetuar a compra de Títulos Públicos de maneira direta. O Conselheiro Massoud Tuft Salim Filho, representante do Tribunal de Justiça do Pará, informou que na Política de Investimentos a Meta Atuarial é de IPCA + 3%, o que considera uma meta arrojada, tendo em vista que a previsão de inflação para o ano é de 7%, perfazendo uma Meta Atuarial de 10%. Pontuou que, até junho do corrente ano, a rentabilidade da Renda Fixa foi de 5,80%, questionando se seria possível alcançar a Meta Atuarial congelando a estratégia de Renda Fixa. O Coordenador informou que apenas seria possível se os investimentos em Renda Fixa forem bem, assim como a estratégia de investimentos em fundos no exterior. O Conselheiro Massoud Tuft Salim Filho concluiu que se faz necessário adotar movimentos para melhorar as estratégias de investimentos. O Coordenador de Investimentos disse que sim, por isso o Núcleo está adotando estratégia de aumentar os investimentos em compra direta de Títulos Públicos e diminuir as compras feitas através de fundos de investimentos, pontuando que a ideia é zerar a compra de Títulos Públicos através de fundos de investimentos, o que já está acontecendo a partir de agora com o credenciamento das instituições financeiras. A Conselheira Carolina Ormanes Massoud, representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, ressaltou que o IGPREV possui dezessete contratos com gestoras para fazer a administração da carteira de investimentos, questionando se nessa meta do Núcleo Gestor de Investimentos do IGPREV está prevista a revisão desses contratos, visando diminuir os gastos com gestoras. O Coordenador informou que antigamente o mercado de investimentos para Regimes Próprios de Previdência Social era muito pequeno, enquanto o IGPREV possui um Patrimônio relativamente grande, o que evidenciou a necessidade de diversificar a carteira, tendo em vista que não é possível, de acordo com os dispositivos legais, aplicar mais 15% de patrimônio em um único Fundo. Ressaltou que existem muitos fundos na carteira que fazem a mesma atividade, e reafirmou que a estratégia, no momento, é vender esses fundos para efetuar a compra direta de Títulos Públicos, uma vez que o Núcleo considera esta a melhor estratégia diante do atual cenário econômico. O Coordenador informou, ainda, que a Taxa SELIC, referência na Renda Fixa, chegou ao patamar de CDI a 2% ao ano, não sendo possível, à época, investimentos conservadores auxiliarem no cumprimento da meta do período. Pontuou que, com a mudança do cenário, o NUGIN recomendou a realocação para estratégia CDI ainda no ano de 2021 e compra direta de Títulos Públicos. O Conselheiro Ivaldo Ledo informou que, diante de um cenário econômico de incertezas, pode ser necessária a adoção de um perfil mais conservador para não correr o risco de perder recursos. A Conselheira Carolina Massoud salientou que toda mudança exige procedimentos, sugerindo que inicialmente os contratos com as gestoras sejam verificados, a fim de que haja uma triagem para definir em quais fundos o dinheiro continuará a ser aplicado, efetuando renegociação de taxas e analisando as melhores rentabilidades. O Coordenador de Investimentos explicou que o Instituto segue as medidas estabelecidas legalmente para a escolha das instituições financeiras, as quais passam anualmente por todas as etapas do Credenciamento, a fim de tornarem-se habilitadas para estar no portfólio do IGPREV, não sendo um compromisso de recurso e não havendo qualquer contrato administrativo com tais instituições, uma vez que o pagamento é feito de acordo com a taxa de administração de cada fundo, pontuando que pode, inclusive, apresentar o percentual da taxa de administração de cada fundo da carteira do IGPREV e quanto é a estimativa anual que é paga para cada produto. Ressaltou que além do Credenciamento, o Núcleo Gestor de Investimentos faz a filtragem dos ativos de fundos, a fim de avaliar quais fundos podem ajudar a bater a Meta Atuarial ou não, para então sugerir as aplicações à Diretoria Executiva. O Conselheiro Renê Sousa Junior destacou que se preocupa com os atuais rendimentos e com a possibilidade dos investimentos não alcançarem a Meta Atuarial. O Conselheiro Massoud Tuft Salim Filho questionou os procedimentos internos do IGPREV para aprovação de uma aplicação. O Coordenador informou que as solicitações de aplicação são enviadas para a Diretoria Executiva e, mediante aprovação da mesma, a operação é executada. O Conselheiro Ivaldo Ledo questionou se a Diretoria Executiva possui certificação para Gestores de RPPS. O Coordenador informou que, até o momento, a Diretoria Executiva do IGPREV não possui certificação, estando em etapa preparatória para efetuar a prova de certificação. O Conselheiro Ivaldo Ledo questionou quanto ao Comitê de Investimentos, se este possui certificação. O Coordenador de Investimentos informou que a maioria dos membros que compõem o Comitê de Investimentos possui certificação adequada, sendo formado por servidores do Núcleo Gestor de Investimentos e pelo Presidente do IGPREV, onde todos os componentes do Núcleo Gestor de Investimentos possuem certificação, de acordo com as exigências legais. O Coordenador de Investimentos, Henrique Mascarenhas, informou, ainda, que existe uma necessidade de capacitar continuamente os membros dos Conselhos, Comitês e Diretoria de Executiva, motivo pelo qual o Núcleo Gestor de Investimentos e a Presidência do IGPREV têm trabalhado juntos na busca pela disponibilização de capacitações e certificações, informando, inclusive, que os procedimentos iniciais para contratação de empresa especializada em ministrar cursos e palestras já foram adotados, e que logo mais todos os membros serão informados da realização do curso preparatório para Certificação como Conselheiros de RPPS. A Conselheira Marly dos Anjos Belo da Silva, representante dos Pensionistas, informou que o Regimento Interno do Colegiado prevê que o Conselho pode solicitar a contratação de consultoria em qualquer tempo, diante da necessidade do Colegiado. O Conselheiro Ivaldo Ledo pontuou que a ideia de contratação da consultoria seria para dar um parecer acerca do trabalho que é desenvolvido pelo Núcleo Gestor de Investimentos, auxiliando o Conselho na avaliação e deliberação acerca dos relatórios de investimento. A Conselheira Carolina Massoud ressaltou que a contratação de uma consultoria poderia ser acompanhada pela contratação de um comitê independente de auditoria, tal como existe em outras instituições pelo País. A Conselheira Marly dos Anjos questionou se o Conselho Fiscal já aprovou os relatórios de investimentos que estão sendo apresentados ao CEP. O Coordenador de Investimentos informou que a apresentação será feita ao Conselho Fiscal na data de 31/08/2022. A Secretária do Conselho informou que a avaliação do Conselho Fiscal será remetida ao Colegiado, tal como ocorre com a Prestação de Contas Anual do IGPREV. O Conselheiro Renê Sousa Junior questionou quais motivos estão ensejando a queda dos rendimentos dos fundos. O Coordenador de Investimentos informou que o cenário econômico em 2019 era muito bom, e que todos que entraram no mercado de aplicações, nessa época, tiveram ganhos. Contudo, com a pandemia de COVID-19 em 2020, o mercado mudou muito, o que influenciou diretamente nos rendimentos. O Conselheiro Ivaldo Ledo ressaltou que percebe que o Núcleo Gestor de Investimentos precisa de uma consultoria para auxiliar no processo de investimento, inclusive no quesito de assessoramento da Diretoria Executiva acerca das melhores práticas a serem adotadas visando o aumento dos rendimentos. O Conselheiro Renê Sousa Junior pontuou que se faz necessária uma reunião do Conselho onde a Diretoria do IGPREV, na pessoa de seu Presidente, estejam presentes, a fim de que possam debater juntos e procurar as melhores soluções para aumentar a rentabilidade do patrimônio gerido pelo IGPREV. A Conselheira Carolina Massoud pontuou que algo a se pensar, inclusive para auxiliar o Colegiado, seria a contratação de uma Consultoria de Investimentos, como também de um Comitê de Auditoria. O Diretor de Administração e Finanças do IGPREV, Franklin Contente, sugeriu que seja marcada uma reunião extraordinária para deliberar acerca da contratação de uma consultoria e auditoria de investimentos, apresentando todo o estudo necessário para avaliação e deliberação do Conselho. A Conselheira Waldete Seabra, representante dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, questionou se a deliberação pela contratação da consultoria e auditoria não poderia ser feita na reunião de hoje, tendo em vista que o Conselho já está reunido e tratando sobre o assunto. O Conselheiro Fernando Amoras, representante dos servidores inativos do Estado do Pará, sugeriu que, independente da capacitação e qualificação do Colegiado, o mercado financeiro é extremamente complexo, o que evidencia a necessidade de que a deliberação acerca da possibilidade de contratação de consultoria e auditoria para auxílio do Conselho e do IGPREV quanto aos investimentos, seja feita em uma reunião dedicada a isto, a qual deverá abranger estudo técnico das necessidades, tanto do Colegiado quanto do próprio IGPREV. O Conselheiro Massoud Tuft Salim Filho questionou se é possível fazer um comparativo acerca dos investimentos do IGPREV em relação a outros Regimes Próprios de Previdência Social, a fim de que o Conselho consiga vislumbrar efetivamente as diferenças das estratégias adotadas por cada RPPS. O Coordenador de Investimentos informou que tal estudo comparativo já é efetuado pelo Núcleo, ressaltando que tal estudo pode ser disponibilizado ao Conselho para avaliação. A Conselheira Carolina Massoud solicitou que o estudo comparativo seja feito levando em consideração RPPS que possuem Patrimônio similar ao do IGPREV, uma vez que tal comparativo não pode ser feito relacionado a Regimes de Previdência maiores e mais consolidados. A Conselheira questionou, ainda, se nos prognósticos da Política de Investimento, está sendo considerado a eventual implementação do Regime de Previdência Complementar. O Coordenador de Investimentos informou que o Técnico de Estatística e Atuária do IGPREV é responsável pelo estudo desses impactos, pontuando que as estratégias de investimento levam em consideração tais estudos, a fim de minimizar todas as possíveis perdas, inclusive tal estudo é utilizado na elaboração da Política de Investimento. O Conselheiro Massoud Tuft Salim Filho questionou se o estado faz Aporte Financeiro ao IGPREV para auxiliar no pagamento dos benefícios previdenciários. O Conselheiro Renê Sousa Junior informou que o Aporte Financeiro é feito mensalmente pelo Estado. A Conselheira Carolina Massoud questionou se o Conselho deverá aprovar os relatórios mensais de investimentos apresentados, ou estes foram disponibilizados ao Colegiado apenas a título de informação. A Secretária do Conselho informou que a expectativa é deliberar acerca dos relatórios apresentados, não quanto aos procedimentos de investimento adotados. A Conselheira Carolina Massoud pontuou que o Colegiado deveria aprovar os Relatórios a partir de Julho/2022, mês em que o Conselho Estadual de Previdência foi nomeado. O Conselheiro Renê Sousa Junior concordou com a Conselheira. O Coordenador de Investimentos apresentou os benchmarks da carteira de investimentos do IGPREV, identificando em quais categorias o Instituto deixou de render, o que evidencia a necessidade de diversificação da carteira, pontuando que o Núcleo Gestor de Investimentos não avalia como perdas, e sim como rendimento negativo. O Conselheiro Ivaldo Ledo pontuou que, muitas vezes, a melhor prática nos investimentos é adotar o perfil conservador, pois, apesar de não haver ganhos significativos, não há perdas, e assim o Patrimônio é conservado. O Conselheiro Renê Sousa Junior ressaltou, mais uma vez, a necessidade da presença da Diretoria Executiva do IGPREV na reunião, para que tais ponderações fossem feitas diretamente a eles, haja vista que o intuito do Conselho é ajudar e auxiliar na Gestão dos Recursos da melhor maneira possível.</p>			
Deliberação:	<p>Os Conselheiros deliberaram:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pelo agendamento de reunião extraordinária com a Diretoria Executiva do IGPREV para tratar sobre a possibilidade de contratação de uma consultoria de investimentos e auditoria de investimentos, para auxiliar nas deliberações do Colegiado investimentos do Patrimônio gerido pelo Instituto.</li> <li>2. Que o Colegiado não se manifestará acerca dos Relatórios de Investimentos referentes aos meses de janeiro a junho de 2022, uma vez que o Conselho Estadual de Previdência ainda não estava constituído, opinando por manifestar-se somente acerca dos Relatórios emitidos a partir de julho de 2022, ocasião em que houve a nomeação do Colegiado.</li> </ol>		